

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES Simples,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS, DA ABIMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

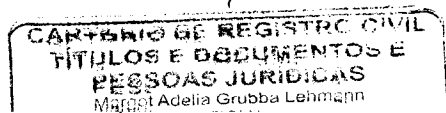
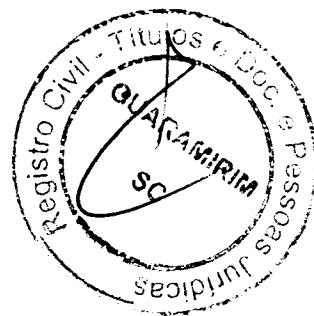
ENTRE

ABIMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.,
na qualidade de emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de agente fiduciário

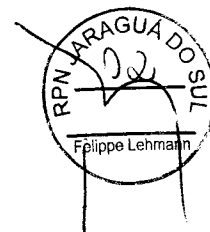
16 DE MARÇO DE 2012



160



61



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ABIMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado:

ABIMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Luiz Schiochet, nº 111, Bairro Nereu Ramos, CEP 89265-580, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.121.351/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, de outro lado:

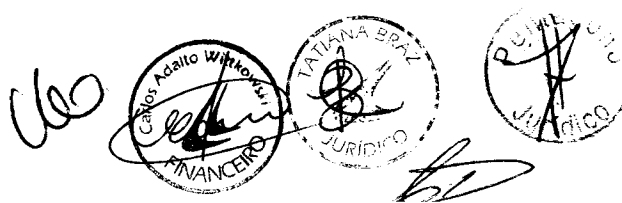
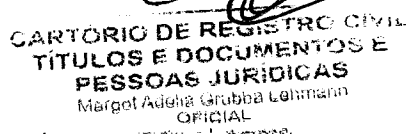
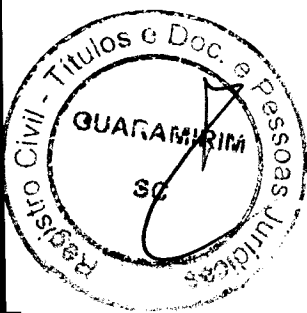
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200 – Bloco 4 – Sala 514, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da 1ª emissão da Emissora, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (“Debenturistas”);

E, na qualidade de intervenientes-garantidores:

LUNELLI PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, na Estrada Abílio Lunelli, 6.700, Sala 01, CEP 89278-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.924.883/0001-05, neste ato representada na forma de seu Contato Social (“Lunelli”);

LUNENDER INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA., sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 280, Km 55, s/nº, CEP 89270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.471.698/0001-35, neste ato representada na forma de seu Contato Social (“Lunender”);

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, brasileiro, industrial, divorciado, residente e domiciliado na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Victório Pradi, Condomínio Azaleias, nº 315, Bairro Jaraguá Esquerdo, CEP 89253-400, portador da cédula de





2.1. Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação da AGE

2.2.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC ("JUCESC") e será publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no Diário Catarinense, conforme disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

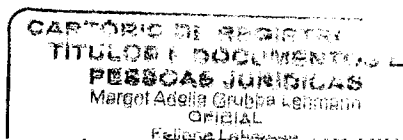
2.3. Registro e Inscrição da Escritura na JUCESC

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão levados a arquivamento na JUCESC, conforme disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de sua assinatura.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto no artigo





13 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações definidas no artigo 17 da citada Instrução.

2.5. Registro da Garantia

2.5.1. A presente Escritura, e seus respectivos aditamentos, em função da garantia fidejussória nela prestada, serão também levados a registro nos cartórios de títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e das Cidades de Corupá, Guaramirim e Jaraguá do Sul, todas no Estado de Santa Catarina, na forma prevista na Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, no prazo de 5 (dias) dias contados da data do registro da Cláusula 2.3.1, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VI abaixo.

2.5.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis após os registros mencionados nas Cláusulas 2.3.1 e 2.5.1 acima, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada na JUCESC e nos competentes cartórios de títulos e documentos.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

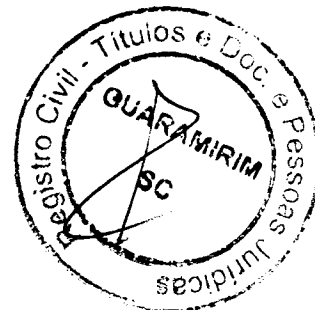
3.1.1. De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social a importação e exportação, agenciamento de operações no mercado interno, incluindo atividades de depósitos de mercadorias para terceiros (exceto armazéns gerais e guarda-móveis), representação comercial e comercialização de produtos relacionados ao ramo têxtil, bem como a administração de bens móveis e imóveis próprios e a participação no capital de outras Sociedades, dentro e fora do país, como sócia ou acionista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

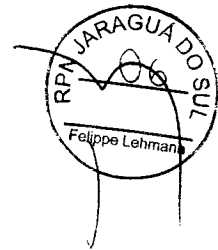
3.2 Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na data de subscrição e integralização das Debêntures, a serem distribuídos sob o regime de





garantia firme de colocação, nos termos da Cláusula 3.5.2 abaixo e do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Abimex Importação e Exportação S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A. (“Contrato de Distribuição”).

3.4 Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição

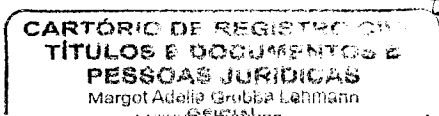
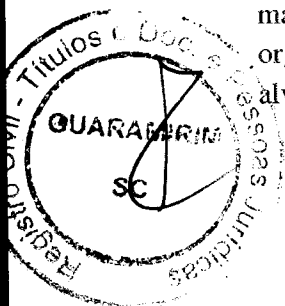
3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. (“Coordenador Líder”), conforme o Contrato de Distribuição.

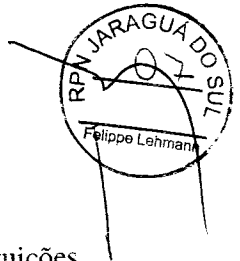
3.5.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

3.5.2.1. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, § único, da Instrução CVM 476.

3.5.2.2. A Emissora e os Fiadores obrigam-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.5.2.3. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, assim entendidos, nos termos do artigo 109 da Instrução





CVM nº 409, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, como (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").

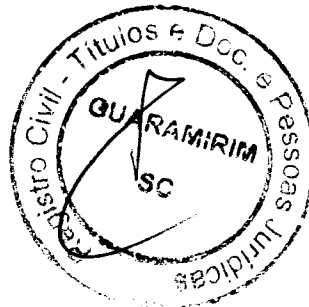
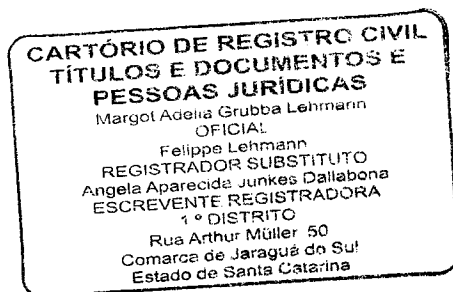
3.5.2.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.2.3 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

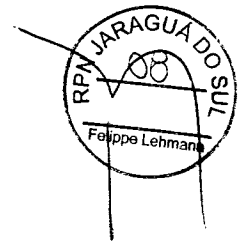
3.6 Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Banco Bradesco S.A. instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures é o Banco Bradesco S.A. instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Agente Escriturador"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Agente Escriturador.

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão de Debêntures serão destinados aos negócios de gestão ordinária da Emissora, tais como o alongamento do perfil de endividamento de curto prazo da Emissora.





CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 10 de abril de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, com vencimento em 10 de abril de 2018 ("Data de Vencimento").

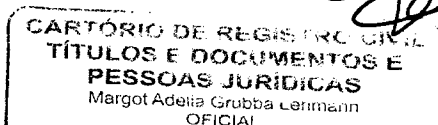
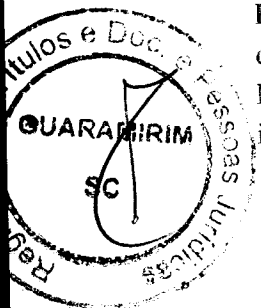
4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na data de subscrição e integralização das Debêntures ("Valor Nominal Unitário").

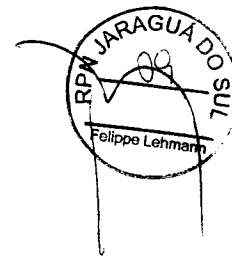
4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 60 (sessenta) Debêntures, as quais serão colocadas pelo Coordenador Líder sob o regime de garantia firme de colocação.

4.2. Remuneração

4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

4.2.2. Juros Remuneratórios: As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Remuneração") correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), a partir da data de subscrição e integralização das Debêntures, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente





anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo.

4.2.2.1 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.2.3. Fórmula de Cálculo da Remuneração. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Onde:

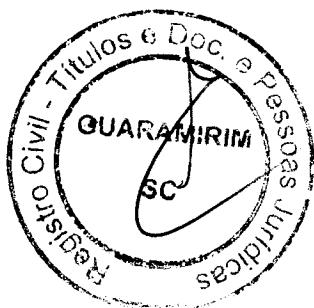
- FatorDI produtivo das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

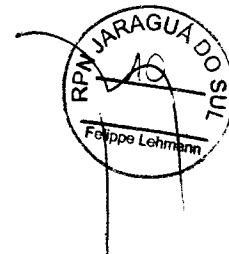
$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n

número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;





TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n;

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 1,30;

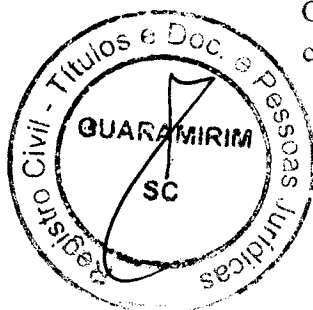
DP É o número de dias úteis entre a data da subscrição e integralização das Debêntures ou o último evento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

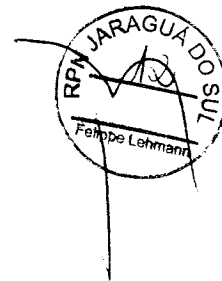
Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.



PERSONAS JURIDICAS
Margot Adelia Grubba Lehmann
OFICIAL
Felippe Lehmann...





4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1. O pagamento da Remuneração será realizado mensalmente, sempre no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro pagamento será devido em 10 de maio de 2012 e o último na Data de Vencimento.

4.4. Amortização

4.4.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado em 20 (vinte) parcelas trimestrais, cada uma correspondente a 5% (cinco por cento) do Valor Nominal Unitário de Emissão, sempre no dia 10 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, sendo a primeira parcela devida em 10 de julho de 2013 e o último na Data de Vencimento.

4.5. Local de Pagamento

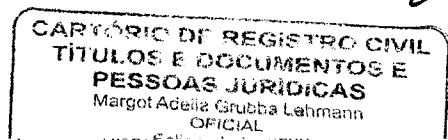
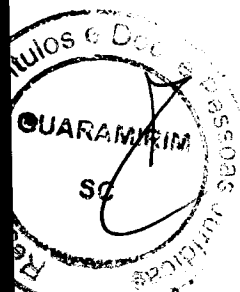
4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou (b) na sede do Agente Escriturador.

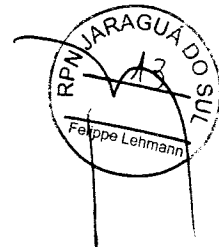
4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.





4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

4.9.1. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.

4.10. Preço de Subscrição

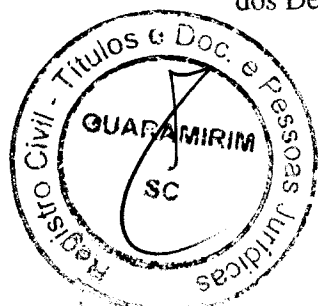
4.10.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.10.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Preço de Subscrição").

4.11. Garantia Fidejussória

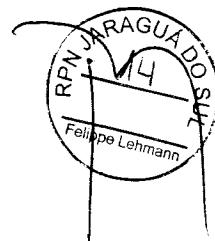
4.11.1. As Debêntures terão como garantia a fiança outorgada pelos Fiadores, conforme disposições abaixo.

4.11.1.1. Os Fiadores neste ato obrigam-se, solidariamente com a Emissora e entre si, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e, solidariamente com a Emissora, responsáveis por todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração incidente sobre as Debêntures, dos Encargos Moratórios devidos pela Emissora e do Prêmio de Resgate Antecipado, bem como de todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou



PESSOAS JURÍDICAS
Margot Adelia Grubba Lehmann
OFICIAL





outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários ao exercício de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura (“Fiança” e “Valor Garantido”).

4.11.1.2. Os Fiadores obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 3 (três) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento pela Emissora, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

4.11.1.3. Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 837, 838 e 839 do Código Civil, e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.11.1.4. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, as Fianças objeto da Cláusula 4.11.1.1 acima, observado, entretanto, que os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores nos termos das Fianças somente após a integral quitação aos Debenturistas do Valor Garantido nos termos desta Escritura, ficando seu direito de crédito contra a Emissora em razão da sub-rogação subordinado para todos os fins aos direitos dos Debenturistas.

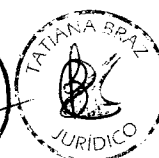
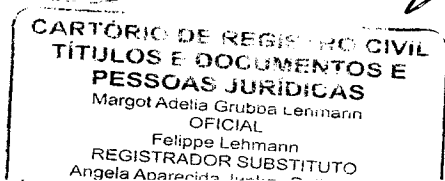
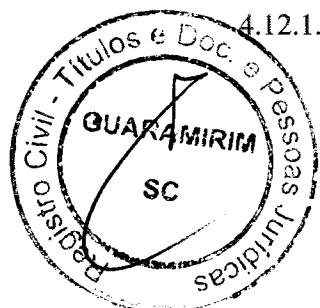
4.11.1.5. As Fianças entrarão em vigor na Data de Emissão, permanecendo válidas em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.11.1.6. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias, até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.11.1.7. Os Fiadores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido. As presentes Fianças extinguir-se-ão automaticamente com o total e final adimplemento válido e eficaz do Valor Garantido.

4.12. Repactuação

4.12.1. Não haverá repactuação das Debêntures.





4.13. Publicidade

4.13.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam “Diário Oficial do Estado de Santa Catarina” e Diário Catarinense, bem como na página da Emissora na internet (www.abimex.com.br).

4.14. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.14.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.15. Liquidez e Estabilização

4.15.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

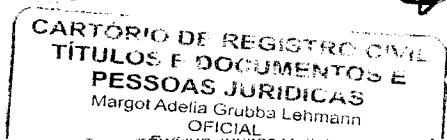
4.16. Imunidade de Debenturistas

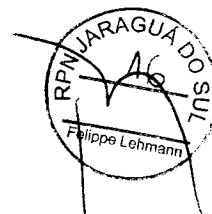
4.16.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO TOTAL, AMORTIZAÇÃO PARCIAL EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1. Resgate Antecipado Facultativo Total ou Parcial

5.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total ou parcial, que será vinculante a todos os Debenturistas (“Resgate Antecipado Facultativo”), mediante o envio de comunicação escrita aos Debenturistas, com



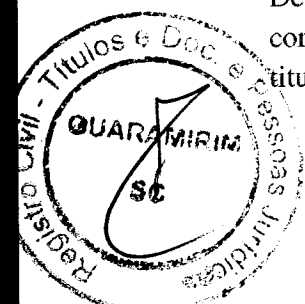


antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a realização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.2. Na data do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser pago aos Debenturistas o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, conforme aplicável, acrescido (i) da Remuneração; (ii) de eventuais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iii) do prêmio correspondente ao indicado na tabela abaixo para os períodos contados retroativamente da Data de Vencimento até a efetiva data do Resgate Antecipado Facultativo.

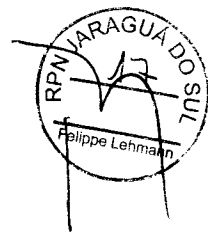
Prazo para Resgate Antecipado Facultativo em dias a decorrer da Data de Vencimento até a efetiva data do Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio
1 (um) a 180 (cento e oitenta) dias	0,02%
181 (cento e oitenta e um) a 360 (trezentos e sessenta) dias	0,05%
361 (trezentos e sessenta e um) a 540 (quinhentos e quarenta) dias	0,17%
541 (quinhentos e quarenta e um) a 720 (setecentos e vinte) dias	0,24%
721 (setecentos e vinte e um) a 900 (novecentos) dias	0,36%
901 (novecentos e um) a 1080 (um mil e oitenta) dias	0,45%
1081 (um mil e oitenta e um) a 1260 (um mil, duzentos e sessenta) dias	0,60%
1261 (um mil, duzentos e sessenta e um) a 1440 (um mil, quatrocentos e quarenta) dias	0,69%
1441 (um mil, quatrocentos e quarenta e um) a 1620 (um mil, seiscentos e vinte) dias	0,99%
1621 (um mil, seiscentos e vinte e um) a 1800 (um mil e oitocentos) dias	1,10%
1801 (um mil, oitocentos e um) a 1980 (um mil, novecentos e oitenta) dias	1,56%
1981 (um mil, novecentos e oitenta e um) a 2160 (dois mil, cento e sessenta) dias	1,71%

5.1.3. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.



**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
PESSOAS JURÍDICAS**
Margot Adelia Grubba Lehmann
OFICIAL
Felippe Lehmann
REGISTRADOR SUBSTITUTO
Angela Aparecida Junkes Dallabona





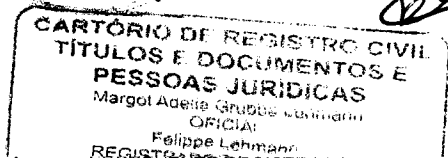
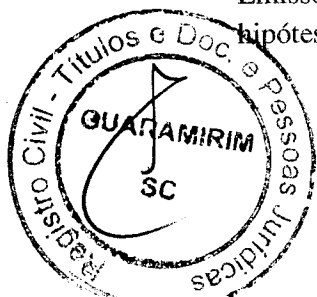
5.1.4. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de operação de compra e venda definitiva no mercado secundário, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

5.2. Aquisição Facultativa

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures em circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1, o Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato à Emissora, no prazo de até 1 (um) dia útil contado a partir de sua ciência ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigirá da Emissora o imediato pagamento pela Emissora, em até 2 (dois) úteis contados do recebimento da notificação acima referida, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

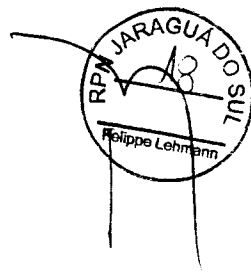


[Handwritten signature]

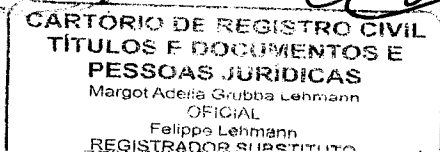
[Handwritten signature]

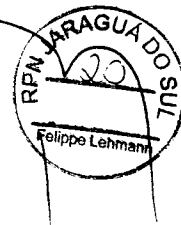
[Handwritten signature]





- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura, não sanado no prazo de 1 (um) dia;
- (b) não cumprimento pela Emissora ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura, se não sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora e/ou Fiadores, conforme aplicável, da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (c) na hipótese de inadimplemento e/ou suspensão geral de pagamento e/ou reestruturação de parte substancial de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora ou por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário, cujo valor individual ou agregado supere R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (d) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora e pelos Fiadores nesta Escritura provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;
- (e) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) aqueles que não importem redução de até 20% (vinte por cento) dos bens de seu ativo; (ii) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios; (iii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iv) alienações para os Fiadores;
- (g) cisão, fusão ou incorporação da Emissora, da Lunelli ou da Lunender por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora;
- (h) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, da Lunelli ou da Lunender, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas, exceto se o controle for transferido a Antídio, Dênis ou Viviane;

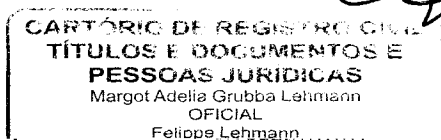


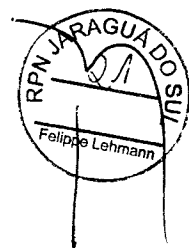


incluindo, mas não se limitando as obrigações financeiras decorrentes da presente Escritura;

- (p) caso a presente Escritura, em função da garantia fidejussória nela prestada, não seja registrada nos cartórios de títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e das Cidades de Corupá, Guaramirim e Jaraguá do Sul, todas no Estado de Santa Catarina, dentro de 30 dias contados da data do registro de que trata a Cláusula 2.3.1 acima;
- (q) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão na forma prevista na Cláusula 3.7 acima;
- (r) autuações da Emissora por quaisquer órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto (i) se no prazo legal for apresentada defesa ou (ii) se no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da referida autuação, for interposto recurso ou impugnação, conforme o caso, e que em ambos os casos sejam capazes de suspender os efeitos da autuação, ou ainda, se nesse mesmo prazo for comprovado que a mesma foi cancelada;
- (s) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, sequestro ou a penhora foi contestado, substituído por outra garantia; e/ou
- (t) alteração do objeto social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, exceto pela inclusão de atividades hoje realizadas por sociedades direta ou indiretamente controladas pela Emissora; e
- (u) demais hipóteses de vencimento antecipado previstas em lei, especialmente as previstas no Artigo 1.425 do Código Civil, caso não sejam sanadas no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro.

6.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nos itens (a), (c), (e), (g), (h), (i), (j), (l), (m), (n), (q), e (u) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o





vencimento condicionado à entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de notificação nesse sentido. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (b), (d), (f), (k), (o), (p), (r), (s) e (t) acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.2. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.1 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VIII abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

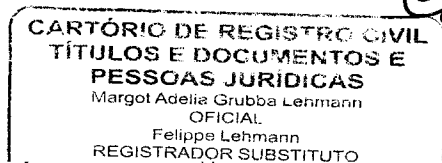
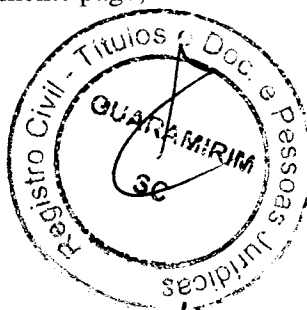
6.1.3. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.1 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.1.2 acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

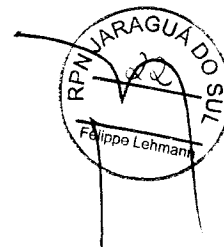
6.1.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de subscrição e integralização das Debêntures, dos prêmios constantes da tabela da Cláusula 5.1.2 acima, conforme a época da declaração do vencimento antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 1 (um) dia útil contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada ou com Aviso de Recebimento no endereço constante da Cláusula 11.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.7 acima.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

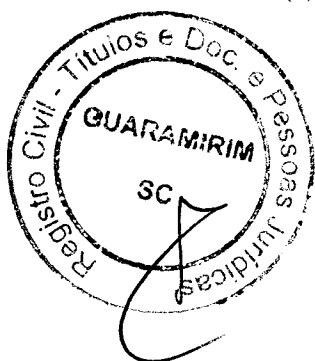
7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:



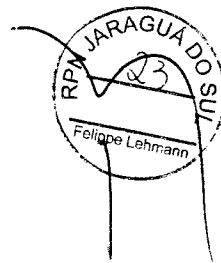


- (i) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data de divulgação de suas demonstrações financeiras, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (ii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (iii) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 6.1 acima no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e os Debenturistas de, a seu exclusivo critério, exercer suas faculdades, pretensões e poderes previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
- (iv) notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 30 (trinta) dias após sua realização; e
- (v) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma deverá conter os controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social.



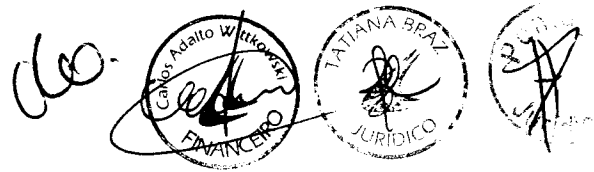
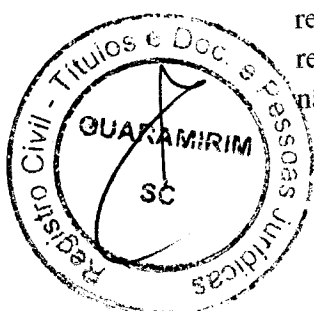
- (b) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas

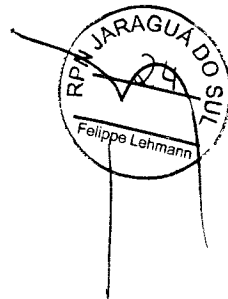




demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

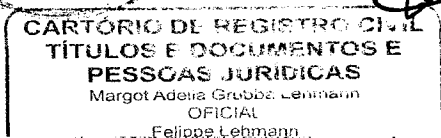
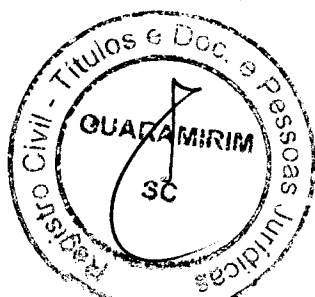
- (c) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
- (d) Convocar, nos termos do Cláusula VIII abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) Cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (f) Preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (g) Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (h) Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras, operacionais ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (i) Manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de atuação da Emissora da Lunelli e da Lunender;
- (j) Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora da Lunelli e da Lunender, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou

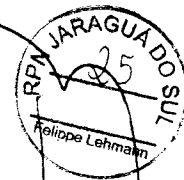




para a sua capacidade em honrar as obrigações principais e acessórias relativas às Debêntures;

- (l) Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora pela Lunelli e pela Lunender na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (m) Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (n) Contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP;
- (o) Divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 01 (um) dia útil os Coordenadores e o Agente Fiduciário;
- (p) Observar as disposições da Instrução CVM 358, inclusive no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente os Coordenadores e o Agente Fiduciário;
- (q) Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, e mantê-las disponíveis por um prazo de 3 (três) anos;
- (r) Cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora da Lunelli e da Lunender ou para a capacidade em honrar as obrigações principais e acessórias relativas às Debêntures da Emissora e dos Fiadores;
- (s) Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras





despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura:

- (t) Manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável; e
- (u) Cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

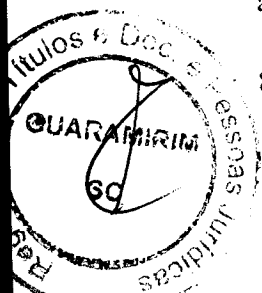
8.1. Convocação

8.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

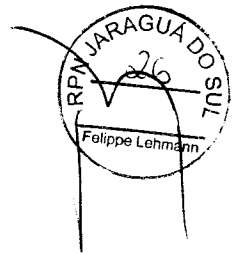
8.1.3. A primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da primeira convocação. A segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da segunda convocação.

8.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de



CARTÓRIO DE REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
PESSOAS JURÍDICAS
Margot Adelia Grubba Lehmann
FICHA





Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.1.5. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e em segunda convocação, com qualquer quorum.

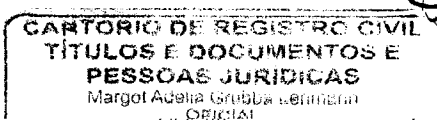
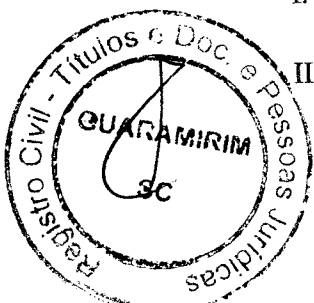
8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "em circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

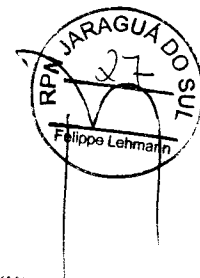
8.3. Quorum de Deliberação

8.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nas Cláusulas 8.3.2 e 8.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.3.2. Não estão incluídos no quorum previsto acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e
- II. a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90%





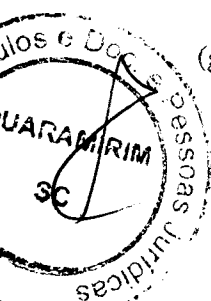
(noventa por cento) das Debêntures em circulação: (i) Remuneração; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento antecipado; (v) datas de amortização; e (vi) Data de Vencimento.

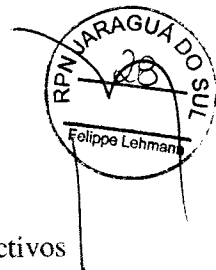
8.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 8.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo





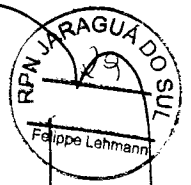
mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (i) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura;
- (j) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (k) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (l) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (m) a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- (n) conforme disposto no item 7.1.(a).(i), informa que a verificação do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora no referido item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das controladas.

9.2. A Emissora e os Fiadores declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

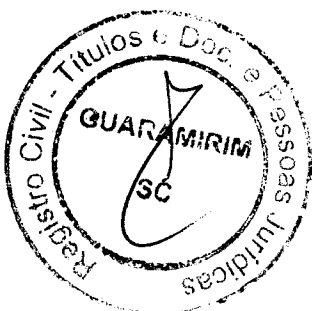
- (a) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual sejam parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer



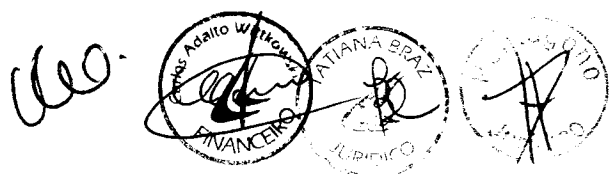


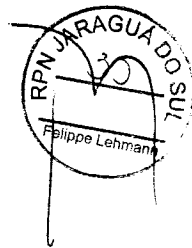
obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, da Lunelli e da Lunender, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (f) estão cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora da Lunelli ou da Lunender ou para a sua capacidade em honrar as obrigações principais e acessórias relativas às Debêntures;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora, da Lunelli e da Lunender representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, à Lunelli ou à Lunender, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora, pela Lunelli e pela Lunender ao Agente Fiduciário, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações principais e acessórias previstas nesta Escritura;

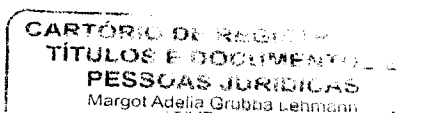
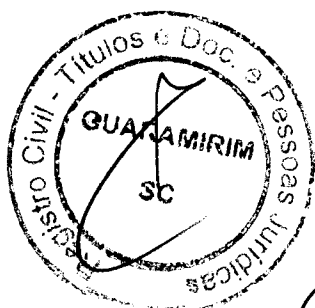


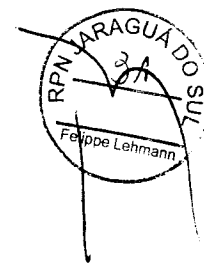
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
PESSOAS JURÍDICAS
Margot Adelia Grubba Lehmann
OFICIAL





- (i) manterão em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes necessários para assegurar à Emissora, à Lunelli e à Lunender a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e sobre os Fiadores;
- (k) não omitiram nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações operacional, econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (l) a Emissora é uma sociedade por ações e a Lunelli e a Lunender são sociedades de responsabilidade limitada devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;
- (n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações principais e acessórias constantes desta Escritura;
- (p) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.





CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

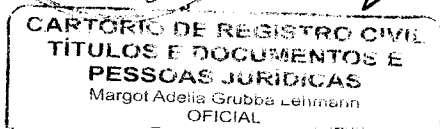
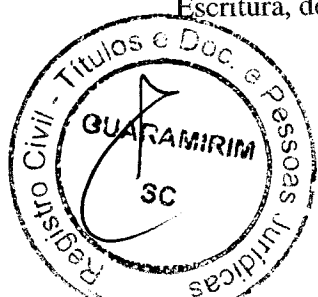
10.2. Substituição

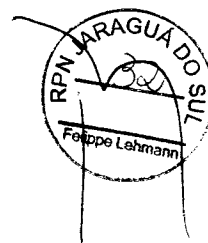
10.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.2.6 abaixo.

10.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.2.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

10.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser arquivado na JUCESC.





10.2.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações principais e acessórias da Emissora previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.

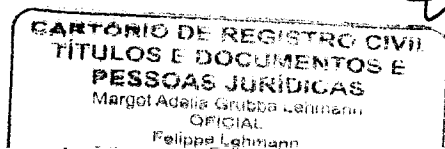
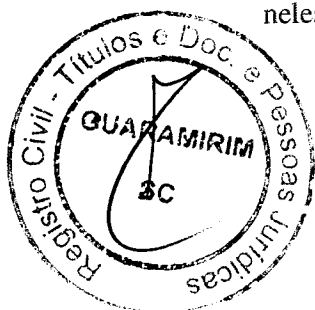
10.2.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

10.3. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;





- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;
- (i) Solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) Convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (k) Comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) Elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

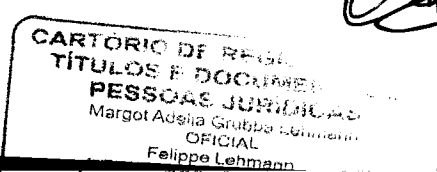
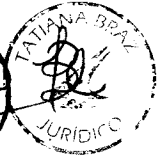
1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

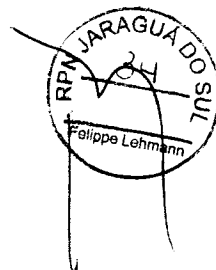
1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

1.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

1.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;





1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;

1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

1.9) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.

(m) Disponibilizar o relatório de que trata o inciso "I" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

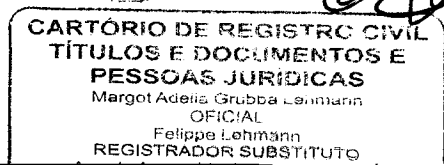
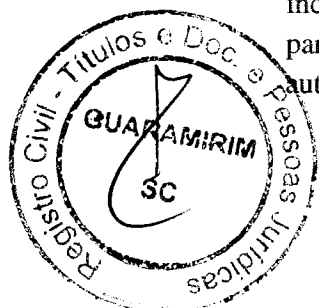
m.3) na CVM;

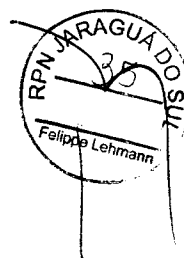
m.4) na CETIP; e

m.5) na sede do Coordenador Líder.

(n) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos na Cláusula 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o inciso "I" se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;

(o) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer





solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (p) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (q) Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

q.1) à CVM; e

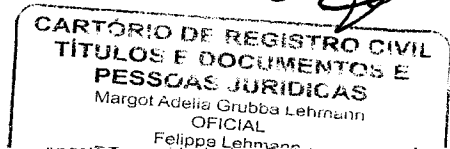
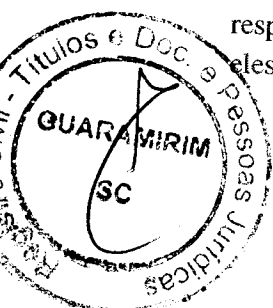
q.2) à CETIP;

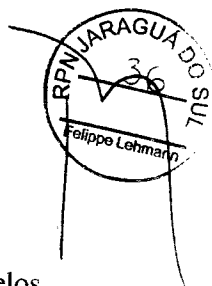
- (r) Acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima e informar os Debenturistas no prazo de 3 dias úteis da ciência de qualquer dos referidos eventos;
- (s) Disponibilizar o preço unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas, à CETIP e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
- (t) Verificar a regularidade da constituição das garantias prestadas nesta Escritura.

10.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, são autênticos e verdadeiros, não tendo sido objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura.

10.3.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas





neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

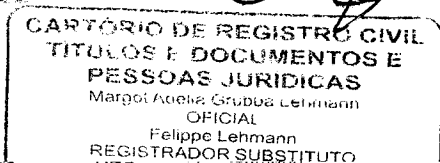
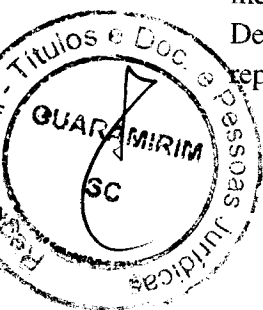
10.3.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.4. Atribuições Específicas

10.4.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura:

- (a) Declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) Requerer a falência da Emissora; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "c" e "d" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime de Debenturistas, representando a totalidade das Debêntures em circulação.





10.5. Remuneração do Agente Fiduciário

10.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais), líquidos, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após data de assinatura da Escritura, e as seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

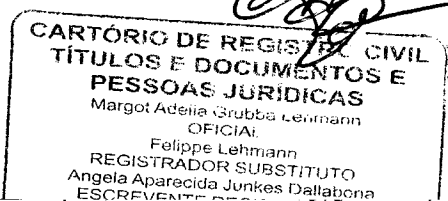
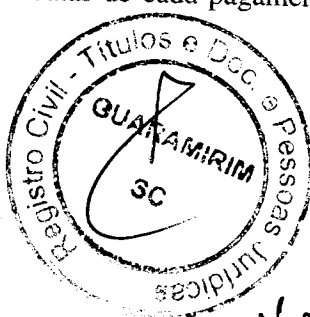
10.5.2. Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembleia de Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

10.5.3. As parcelas citadas na cláusula 10.5.1 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas pro-rata die, se necessário.

10.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die.

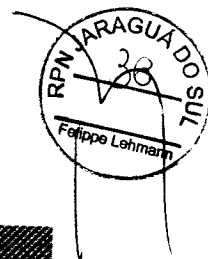
10.5.5. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

10.5.6. As parcelas citadas nas cláusulas acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento. Segue a memória de cálculo para primeira parcela:



Angela Aparecida Junkes Dallabona
ESCREVENTE DE





R\$ 10.000,00		
R\$ 10.000,00	9.65%	Total Impostos Acrescidos
R\$ 10.000,00	5.00%	ISS
R\$ 10.000,00	4.65%	4,65% PIS+COFINS+CSLL
R\$ 10.000,00		Honorários Líquidos
R\$ 10.000,00	1.50%	IRRF
R\$ 10.000,00		Valor a Receber

10.6. Despesas

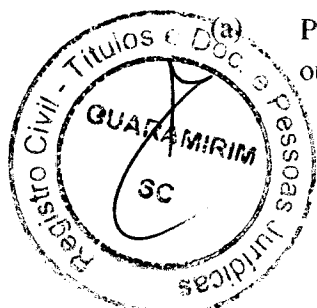
10.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

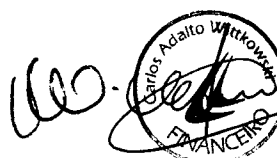
10.6.3. No caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

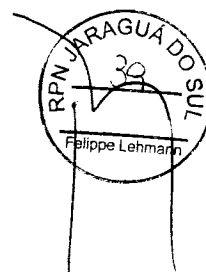
10.6.4. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;



CARTÓRIO DE REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
PESSOAS JURÍDICAS
Margot Adelia Grubba Lehmann





- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 10.6.1 e 10.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Abimex Importação e Exportação S.A.

Rua Luiz Schiochet, n.º 111, Bairro Nereu Ramos

Jaraguá do Sul, SC

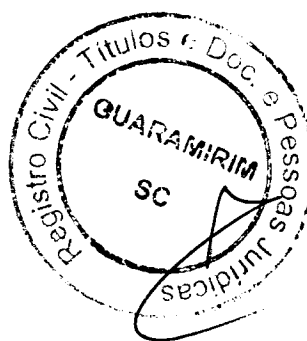
CEP 89265-580

At.: Sr. Viviane Cecília Lunelli

Tel.: (47) 3373-7110

Fax: (47) 3373-7041

E-mail: viviane@lunender.com.br



Para o Agente Fiduciário:

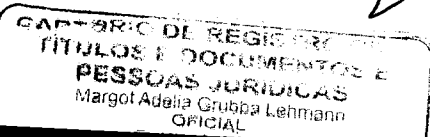
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário

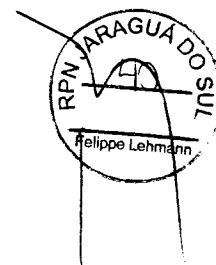
Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514

Rio de Janeiro, RJ - CEP 22640-100,

At.: Sr Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Tel.: (21) 3385-4565





Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / c/c: juridico@pentagonotrustee.com.br

Internet: www.pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar

06029-900 – Osasco – SP

At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (11) 3684-5645

Fax: (11) 3684-5645

e-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para o Agente Escriurador:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar

06029-900 – Osasco – SP

At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (11) 3684-5645

Fax: (11) 3684-5645

e-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

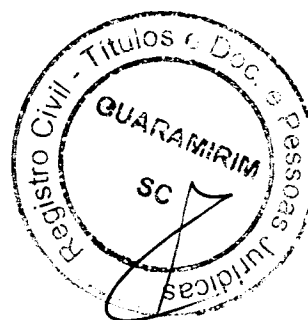
At. Gerência de Valores Mobiliários

CEP 01452 – 002 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

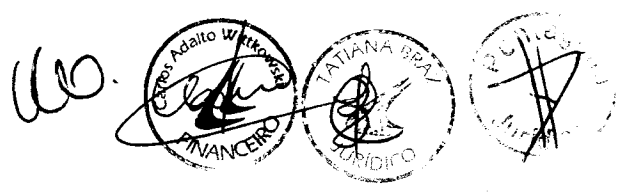
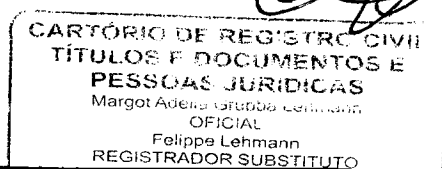
Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

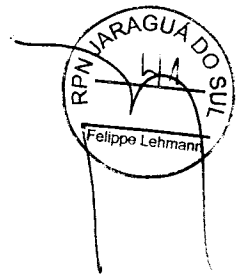


11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

11.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.1.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.





11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou Fiadores nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3. Título Executivo

A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.4. Custos de Registro

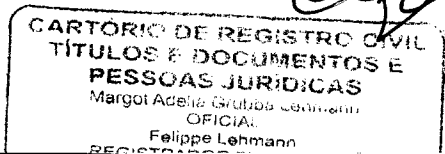
Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

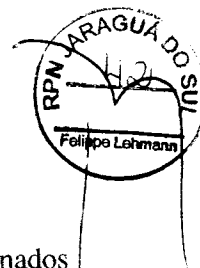
11.5. Prazos

A não ser que de outra forma disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

11.6. Integralidade

Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta





de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de investidores e publicações previstas na Instrução CVM 476.

11.7. Aditamentos

Quaisquer Aditamentos deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESC.

11.8. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Foro

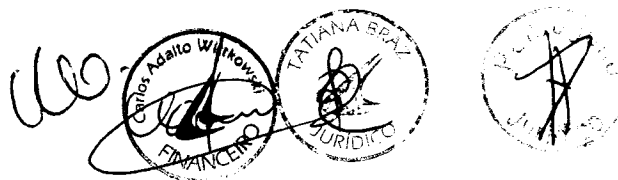
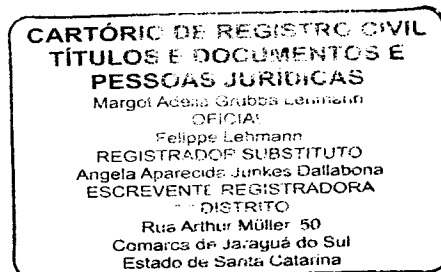
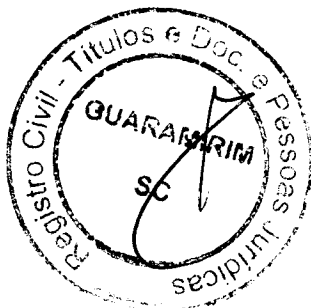
Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

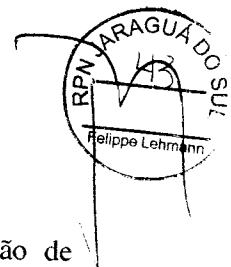
Estando assim, certas e ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 16 de março de 2012

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes)

(RESTANTE DA PÁGINA DEIXADA INTENCIONALMENTE EM BRANCO)





[Página 1/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Abimex Importação e Exportação S.A.]

ABIMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

Nome: Denis Luiz Lunelli

Cargo: Diretor Presidente

Nome: _____

Cargo: _____

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: _____

Cargo: Pedro Silva
Procurador

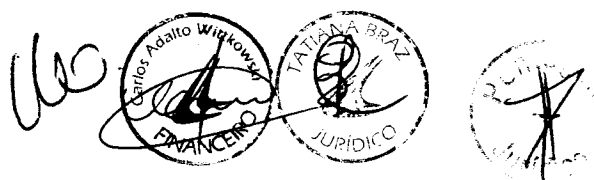
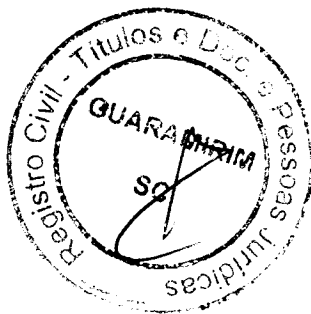
LUNELLI PARTICIPAÇÕES LTDA.

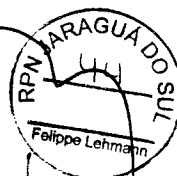
Nome: Denis Luiz Lunelli

Cargo: Diretor Presidente

Nome: Viviane Cecília Lunelli

Cargo: Diretora





[Página 2/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Abimex Importação e Exportação S.A.]

LUNENDER INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA.

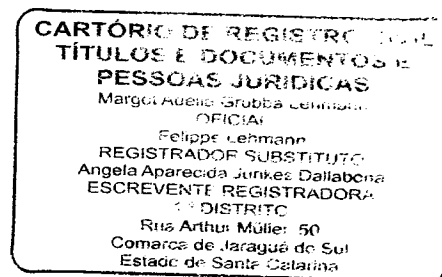
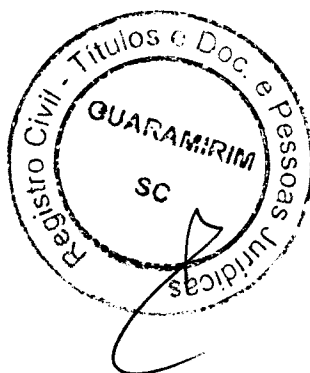
Nome: Dênis Luiz Lunelli
Cargo: Diretor Presidente

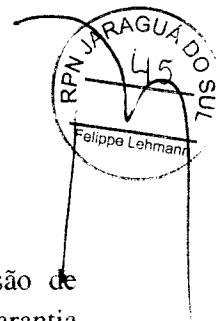
Nome: _____
Cargo: _____

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

DÊNIS LUIZ LUNELLI

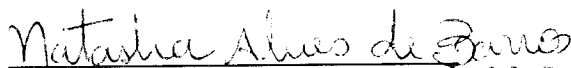
VIVIANE CECÍLIA LUNELLI

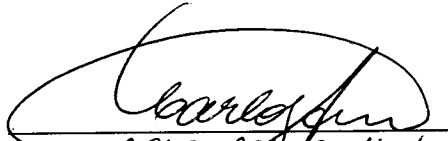




[Página 3/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Abimex Importação e Exportação S.A.]

Testemunhas:


Nome: NATASHIA ALVES DE BARROS
CPF: 125.702.727-10

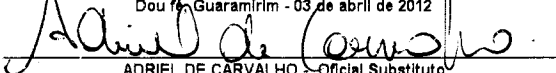

Nome: CARLOS ADOLFO WITKOWSKI
CPF: 821.185.909-20

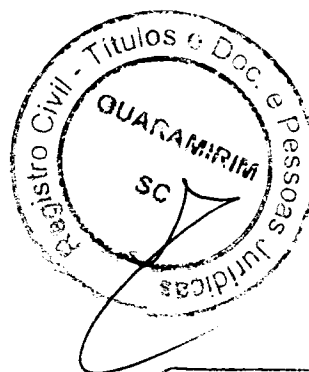
Estado de Santa Catarina
Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Julio Cesar Marques Cunha - Oficial
Rua Romeu Butschardt, 44, Centro, Guaramirim - SC, 89270-000 - (47) 3373-2027

Certidão de Registro de Títulos e Documentos
Protocolo: 031944 Data: 03/04/2012 Qualidade: Integral
Registro: 026347 Data: 03/04/2012 Livro: B-096 Folha: 141
Apresentante: ABIMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO SA
Emolumentos: Registro: R\$928,00, Selo: R\$1,30 - Total R\$929,30 - Recibo nº: 29062

Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - CQT22995-R051

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fe, Guaramirim - 03 de abril de 2012


ADRIEL DE CARVALHO - Oficial Substituto



**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
PESSOAS JURÍDICAS**
Margot Adelia Grubbs Leimann
OFICIAL
Felipe Lehmann
REGISTRADOR SUBSTITUTO
Angela Aparecida Junkes Dallabona
ESCREVENTE REGISTRADORA
1º DISTRITO
Rua Arthur Müller, 50
Comarca de Jaraguá do Sul
Estado de Santa Catarina

